

## Bodin, leitor de Maquiavel

Alberto Ribeiro de Barros\*

**Resumo:** Ao ler Bodin, percebe-se a sombra de Maquiavel. No *Método para a fácil compreensão da história* (1566), Maquiavel é elogiado como historiador e como o primeiro a resgatar das trevas o estudo da política. Em *Os Seis Livros da República* (1576), é acusado de ateísmo, de incentivar práticas tirânicas e de escrever sobre política sem conhecer as leis e o direito público. O objetivo deste texto é discutir a leitura bodiniana do pensamento de Maquiavel e entender a mudança de avaliação entre o *Método* e a *República*.

**Palavras-chave:** Bodin – Maquiavel – poder – direito – tirania

*Para Simone*

No prefácio de *Os Seis Livros da República*, Bodin deixa claro quem são seus adversários: os autores que, por seus escritos, “conspiraram para a ruína das Repúblicas, nem tanto por malícia mas por ignorância dos negócios públicos” (Bodin 2, “Prefácio”, p. 14). O autor os separa em dois grupos. O mais perigoso é constituído por aqueles que pregavam a revolta dos súditos contra os legítimos soberanos, induzindo à anarquia: os escritores huguenotes. O outro grupo é formado por “aqueles que, escrevendo sobre os negócios públicos sem nenhum conhecimento das leis e do

---

\* Professor do Departamento de Filosofia da PUC-SP e da Universidade São Judas Tadeu.

direito público, violaram os sagrados mistérios da filosofia política, o que causou a agitação e destruição de belos Estados” (*id.*, p. 11). Como exemplo desses profanadores da filosofia política, Bodin cita Maquiavel, “que esteve em voga entre os agenciadores dos tiranos e que Paul Jove colocou entre os ateístas e ignorantes das boas letras” (*id.*, *ibid.*). Essas acusações são prontamente confirmadas:

*“[...] quanto ao ateísmo, ele se vangloria disso em seus escritos; e quanto ao saber, aqueles que se acostumaram a escrever doutamente, a ponderar moderadamente e a resolver sagazmente os altos negócios do Estado, concordam em que ele jamais sondou a alma da ciência política, a qual não reside nas astúcias tirânicas que ele buscou por todos os cantos da Itália e como um doce veneno introduziu em seu livro sobre o Príncipe” (id., p. 12).*

Bodin considera que, ao ensinar os príncipes a agir com impiedade e malícia, Maquiavel estaria desprezando a justiça e incentivando a tirania. O resultado desse desconhecimento da ciência política seria a inevitável destruição do Estado de uma República<sup>(1)</sup>: “[...] é uma grande incongruência em matéria de Estado, com conseqüências extremamente perigosas, ensinar aos príncipes regras de injustiça, para assegurar seu poder pela tirania [...]”, porque, “depois de se armar de força, tomando o caminho de um poder absoluto, a injustiça insta as paixões violentas da alma, fazendo uma avareza se tornar, de repente, confisco; um amor, adultério; uma cólera, fúria; uma injúria, morte; e assim como a trovoada vem antes do raio, embora pareça o contrário, o príncipe depravado, de opiniões tirânicas, faz autuar a multa antes da acusação e a condenação antes da prova, que é o meio mais rápido que se possa imaginar para arruinar os príncipes e seus Estados” (*id.*, p. 13-14).

Esse violento ataque a Maquiavel não deixa de ser surpreendente. No *Método*, este nome aparece dezenas de vezes e em nenhum momento é acusado de ateísmo ou de incentivar a tirania.

Ao contrário, Maquiavel é apresentado como um historiador digno de ser lido, tendo a sua *História de Florença* relacionada entre as principais obras que tratam da história de Roma, de Cartago e dos acontecimentos da Itália em geral (Bodin I, capítulo X, p. 469A), e como o primeiro escritor a tratar, depois de séculos de barbárie, do governo das Repúblicas (*id.*, Cap. VI, p. 349B).

Para poder escolher os melhores historiadores, Bodin os classifica em três gêneros, com uma infinita variedade de subdivisões, de acordo com a probidade, a erudição e a experiência de cada um<sup>(2)</sup>: “O primeiro [gênero] compreende aqueles que são conduzidos aos negócios públicos e carregam consigo disposições naturais, fortemente acrescidas de uma erudição adquirida; o segundo, aqueles a quem falta cultura, mas não faltam experiência e disposições naturais; e o terceiro, aqueles que receberam da natureza apenas dons medíocres, faltando-lhes ainda a experiência dos negócios, tendo alcançado reconhecimento tão-somente por seu zelo e seu trabalho incansável no recolhimento de documentos” (*id.*, Cap. IV, p. 294B). O primeiro gênero é o mais elogiado, pois Bodin considera que o melhor historiador não é aquele que, isolado da atividade dos homens, procura de maneira abstrata e especulativa estabelecer as causas entre os fenômenos ou descobrir pretensas leis invariáveis, mas o que tem um conhecimento direto dos assuntos tratados, porque deles participou, bem como uma sólida cultura, indispensável para tal tarefa. Embora reconheça a dificuldade de se encontrarem historiadores desse gênero, enumera os que considera dignos de louvor. Entre os que trataram dos segredos dos príncipes e da vida das cortes, destaca o nome de Maquiavel.

Ao descrever as transformações do governo de Florença, Bodin utiliza abundantemente a *História de Florença*: o período tratado (1215-1494), os episódios ressaltados, a descrição dos acontecimentos, o tom pessimista, o tema da corrupção, tudo indica que o texto de Maquiavel serviu como eixo condutor de sua descrição (*id.*, Cap. VI, p. 399B-402A).

O fato de considerar Maquiavel um bom historiador não impede Bodin de contestar algumas de suas afirmações. Denuncia, por exemplo, dois equívocos sobre o direito público francês: “Maquiavel diz um absurdo quando atribui ao chanceler da França o direito de vida e de morte sobre os cidadãos” (*id.*, p. 381A); “[...] comete um erro quando sustenta que o rei da França é o dono absoluto do Tesouro” (*id.*, p. 405B).

O primeiro equívoco é incontestável, pois Maquiavel o cometeu realmente na *Relação sobre a França*: “O ofício do grão-chanceler possui autoridade suprema (*merum imperium*) e pode fazer graça e condenar conforme sua vontade, mesmo à pena capital, sem o prévio consentimento do rei (*condemnare suo libito, etiam in capitalibus, sine consensu regis*)” (Maquiavel 11, p. 185); já o segundo não parece tão claro, porque essa afirmação não se encontra, exatamente, em seus escritos, embora possa ser subentendida em algumas passagens. Talvez Bodin esteja se referindo ao que Maquiavel afirmara a respeito do poder real sobre a receita:

“A receita ordinária da Coroa, não a pude saber; porque interroguei a muitos e todos me disseram ser tão grande quanto o rei deseje [...] e a receita extraordinária tira-a ele como talha quando desejar; e estas rendas se pagam altas ou baixas, como bem parecer ao rei” (*id.*, p. 184); ou do poder real sobre a tributação: “Na França, os legisladores quiseram que os reis pudessem dispor à vontade do exército e da fazenda, mas que em tudo o mais estivessem obrigados a respeitar as leis” (Maquiavel 10, livro I, capítulo 16).

Bodin reprova também algumas opiniões de Maquiavel. Crítica, por exemplo, seus comentários sobre o caráter dos italianos, franceses, espanhóis e alemães, e diz que essa imprecisão seria resultado de um desconhecimento dos costumes e da natureza desses povos (Bodin 1, capítulo V, p. 326A). Denuncia sua análise equivocada de algumas constituições, como, por exemplo, a espartana (*id.*, p. 367A). As críticas se tornam ainda mais severas



no que se refere à possibilidade do Estado misto e à escolha da melhor constituição para a República.

Para Bodin, a posse da soberania define as formas de Estado que uma República pode assumir <sup>(3)</sup>: “A soberania pertence necessariamente seja a um só indivíduo, seja a um pequeno número de notáveis, seja ao conjunto de todos ou pelo menos da maioria dos cidadãos, e nós temos, segundo o caso, uma monarquia, uma aristocracia ou uma democracia” (*id.*, p. 368A). Bodin recusa terminantemente a possibilidade de existência de uma quarta forma <sup>(4)</sup>: “[...] em toda República, é preciso considerar quem pode dar ou retirar o poder aos magistrados, quem pode promulgar e anular as leis; se um só homem, ou a minoria, ou a maioria dos cidadãos. Uma vez isso fixado, é fácil determinar qual é a constituição da República, pois não existe um quarto modo e nem mesmo seria possível imaginá-lo” (*id.*, p. 362B).

A constituição mista, resultado da combinação das características das outras três, era considerada por muitos autores renascentistas como a melhor forma de constituição. Seus defensores se baseavam principalmente na opinião de Políbio, para quem a grandeza de Roma, no período republicano, estava no fato de o poder supremo residir em parte no Senado, em parte nos Cônsules e em parte no povo (Políbio 13, livro VI, p. 480-487).

Bodin recusa essa interpretação: “É preciso rejeitar a opinião de Políbio, com a qual concordaram Denis e Cícero, e que Maquiavel, Contarini, Thomas More, Garimberti e outros aprovaram veementemente. São esses autores que desejamos refutar nessa discussão, cuja importância é considerável, se queremos compreender a fundo a história das Repúblicas” (Bodin 1, capítulo V, p. 262B). Na sua concepção, a constituição de Roma, naquele período, tinha sido democrática, porque os poderes atribuídos ao Senado e aos Cônsules estavam submetidos em última instância à vontade popular. Ele evoca as descrições históricas sobre os direitos do povo romano, inclusive as do próprio Políbio, para mostrar a supremacia do povo em relação aos outros agentes:

*“O povo tinha concedido ao Senado a administração de todas as funções públicas, exceto a criação das magistraturas, a promulgação das leis, o direito de guerra e paz, o direito de vida e morte e o apelo em última instância, que o povo reservava para si como ligados ao exercício da soberania; isso é o que revela o discurso do Cônsul M. Valério, segundo Denis, e o testemunho do próprio Políbio” (id., capítulo VI, p. 362B).*

No caso das Repúblicas de Esparta e de Veneza, tomadas também como exemplos dessa quarta forma, Bodin procura provar que em nenhum momento elas tiveram uma constituição mista: ambas haviam sido democráticas, com o povo exercendo o poder soberano, e depois se tornaram aristocráticas, quando este poder passou para as mãos dos grandes senhores (*id.*, p. 366B-370A).

Alguns de seus contemporâneos, como os escritores huguenotes, sustentavam ainda que o reino francês tinha uma espécie de constituição mista, resultado da combinação de características monárquicas – pela presença marcante do rei –, aristocráticas – por causa da atuação dos Parlamentos, em especial do Parlamento de Paris –, e democráticas, em razão da necessidade da convocação dos Estados Gerais nas principais decisões do reino. Para refutá-los, Bodin procura mostrar que os Parlamentos e os Estados Gerais sempre estiveram submetidos ao poder real, verdadeiro detentor da soberania, o que fazia da França uma autêntica monarquia:

*“Se não há nenhuma imagem de poder popular na assembléia dos três Estados que compõem esse reino, muito menos de poder aristocrático na Corte de Paris ou na assembléia de todos os senhores, visto que a presença do Rei faz cessar o poder e a autoridade de todos os corpos e colégios [...]; temos, portanto, uma pura monarquia, que não é mesclada com poder popular nem aristocrático; tal mistura é mesmo impossível e incompatível” (Bodin 2, livro II, capítulo I, p. 22-23).*

Se Bodin admite a combinação nas matemáticas, como no caso da proporção harmônica, e considera aquilo que é composto na natureza como tendo uma virtude especial, rejeita qualquer possibilidade de mistura na política: “Jamais existiu [uma República composta pela mistura das três constituições], e nem se pode imaginar, uma vez que as marcas da soberania são indivisíveis” (*id.*, p. 26).

A crítica bodiniana à constituição mista parte do pressuposto de que a soberania não pode ser partilhada, uma vez que a divisão de seus direitos – promulgar e revogar as leis, criar as magistraturas e atribuir suas funções, declarar a guerra e concluir a paz, atribuir penas e recompensas, julgar em última instância – resulta necessariamente na sua destruição. Se o poder de legislar, por exemplo, estiver dividido entre vários agentes, torna-se inevitável um conflito de leis. Qual delas, então, deveria ser seguida e respeitada?

A questão da indivisibilidade lhe parece tão evidente que não se encontra uma discussão detalhada sobre sua possibilidade. O principal argumento de Bodin está baseado na simples observação de que, se os direitos da soberania estiverem distribuídos em várias partes da sociedade, o poder de comando desaparece, e o resultado é inevitavelmente a anarquia. Quando a soberania está dividida, perde-se a unidade de comando e, conseqüentemente, a estabilidade. Para que a República possa se manter, Bodin sustenta, é necessário que uma parte da sociedade mande e a outra obedeça. Aliás, a aparente mistura não produz um novo Estado. Se o poder soberano não está exclusivamente nas mãos do monarca nem dos aristocratas, está necessariamente disperso pelo povo, e o Estado só pode ser classificado como popular: “A mistura das três Repúblicas em conjunto não produz uma espécie diferente, uma vez que o poder real, aristocrático e popular em conjunto não produz senão o Estado popular” (*id.*, p. 11).

A constituição mista não passava, portanto, de ilusão. Os autores que a tinham imaginado haviam confundido as formas que a soberania pode assumir com as diversas maneiras em que ela

pode ser exercida: “A virtude ou o vício não alteram as formas de governo; se o príncipe for bom ou mau, a República não deixa de ser uma monarquia. É preciso considerar o mesmo julgamento para o governo dos nobres ou do povo; embora eles só exerçam o direito de criar magistraturas, isso é suficiente para reconhecer a autoridade soberana e para definir, segundo os detentores do poder soberano, a constituição da República” (Bodin 1, Cap. VI, p. 362B-363A).

Bodin refuta, assim, a tese aristotélica de que as constituições podiam ser classificadas segundo a distinção entre formas boas e más. Para ele, a utilização de um critério baseado nas qualidades e nos defeitos, meros acidentes, impede a construção de uma verdadeira ciência política: “Para alcançarmos as verdadeiras definições e resoluções em todas as coisas, não nos podemos prender em acidentes, que são inumeráveis, mas nas diferenças essenciais e formais; de outro modo podemos cair num labirinto infinito, que não conduz à ciência” (Bodin 2, livro II, Cap. 1, p. 8).

As virtudes ou os vícios no exercício da soberania não modificam a essência do Estado da República, o qual só pode ser determinado pelo número de pessoas que detêm a soberania. Se o Estado monárquico for administrado de maneira corrupta, ou sábia, ou belicosa, ou justa, ainda assim não deixa de ser uma monarquia: “Uma vez que a qualidade não altera a natureza das coisas, nós diremos que há somente três Estados, ou três espécies de República, a saber, a monarquia, a aristocracia, e a democracia” (*id.*, p. 9).

O problema, para Bodin, estava na confusão que os autores tinham feito até então entre Estado e governo: “Essa variedade de formas de governo tem induzido ao erro aqueles que misturaram as Repúblicas, sem perceber que o Estado de uma República é diferente do seu governo e da sua administração” (*id.*, p. 34).

Se o Estado é claramente definido pelo número de pessoas que detêm a soberania, não se encontra uma definição precisa de governo. Às vezes, essa palavra é usada para denominar o conjun-

to de órgãos responsáveis pela administração da coisa pública, cuja função é executar a vontade do detentor da soberania, e as formas de governo chamadas de aristocrática, popular e harmônica, dependem do nível de participação dos súditos nas magistraturas e nos cargos públicos: num Estado monárquico, por exemplo, pode-se ter um governo popular, se o monarca permitir que todos os cidadãos participem das magistraturas e dos cargos públicos; ou um governo aristocrático, se permitir apenas a participação de um grupo privilegiado, os mais ricos, os mais sábios etc.; ou ainda um governo harmônico, resultado da combinação das outras duas formas. Outras vezes, governo significa a maneira de o soberano encarar a coisa pública, a maneira como ele se relaciona com os seus súditos e, nesse caso, há as formas legítima, despótica e tirânica: num Estado monárquico, o governo é considerado legítimo quando o monarca, respeitando a liberdade natural e a propriedade de cada um, obedece às leis de natureza; despótico, quando trata a coisa pública como se fosse sua propriedade, transferindo a maneira de governar sua casa para a República; e tirânico, quando transforma os súditos livres em escravos, usufruindo dos seus bens como deseja, desprezando as leis divinas e naturais (*id.*, p. 35-55).

Apesar dessas imprecisões, a distinção entre Estado e governo, com suas diferentes formas e múltiplas combinações, possibilita uma análise dos diversos tipos de regimes políticos. Sem recorrer à teoria clássica da constituição mista, Bodin procura dar conta da complexa realidade da estrutura e da administração da comunidade política, mantendo a unidade e a indivisibilidade da soberania.

Na escolha da melhor constituição Bodin refere-se a Maquiavel como um dos principais apologistas do Estado popular: "Citemos em particular Maquiavel, que procurou nos convencer, com várias provas, da indiscutível superioridade do Estado popular. Mas não creio que se possa acreditar nele, até mesmo porque ele próprio arruina os fundamentos de sua tese, afirmando, logo nas primeiras páginas de *O Príncipe*, que não há senão duas cons-

tituições autênticas, a monarquia e a república. Isto não o impediu de afirmar, nos seus *Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio*, que a República de Veneza, a qual ele se inclina a ver como um governo popular, é a mais notável de todas as Repúblicas; até mesmo, no livro III, em demonstrar que os Estados populares sempre foram os mais bem governados” (Bodin I, Cap. VI, p. 412A). É interessante notar que, enquanto a maioria dos seus contemporâneos o considerava um defensor do absolutismo monárquico, apoiados na leitura de *O Príncipe*, Bodin já reconhecia seu republicanismo, embora não entendesse suas razões: “não sei realmente por que Maquiavel, originário de Florença, louva tanto o governo popular, uma vez que sua história demonstra com evidências que os negócios de sua pátria somente conheceram sob esse regime os resultados mais calamitosos” (*id.*, p. 413A). Como entusiasta do Estado monárquico, Bodin não deixa de criticá-lo pela sua equivocada escolha, fruto de uma ingenuidade, que ofuscou seu julgamento e não deixou que ele percebesse os enormes inconvenientes do Estado popular.

Mas a referência mais significativa a Maquiavel encontra-se mesmo no início do capítulo VI, quando Bodin o exalta como o primeiro a resgatar, depois de séculos de obscurantismo, o estudo da política das trevas em que se encontrava: “Enfim, Maquiavel, o primeiro, segundo nossa opinião, a tratar desse tema depois de cerca de 1.200 anos de barbárie universal, produziu máximas que se encontram nos lábios de todos; e, sem dúvida, ele teria exposto numerosos pontos com mais veracidade e compreensão se tivesse unido à experiência o conhecimento dos filósofos e dos historiadores da antigüidade” (*id.*, p. 349B).

Esse conhecimento que Bodin demonstra ter do pensamento maquiavélico, na década de 60, não deixa de ser surpreendente, tendo em vista a lenta e tardia difusão que sua obra teve na França<sup>(5)</sup>. Ao contrário de alguns de seus contemporâneos italianos, como Contarini, Cadani, Guicciardini, que tiveram seus textos rapidamente difundidos, somente entre 1544 e 1548 foram traduzi-

dos para a língua francesa os *Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio* e a *Arte da guerra*. Já *O Príncipe* foi traduzido apenas na década seguinte, em 1553. O primeiro texto francês a citá-lo, de maneira muito sucinta, foi o *Miroir Politique*, de Guillaume de la Perriere, em 1555. Fato isolado que apenas se repetiu, em 1560, quando Pasquier, talvez influenciado pela inclusão da obra maquiavélica no *Index librorum prohibitorium*, em 1559, afirmou que ela era realmente digna do fogo. Só a partir do final da década de 60 o nome de Maquiavel começou a aparecer com uma certa frequência no meio intelectual francês, mas muito mais como historiador do que como escritor político: é citado, por exemplo, por Loys de Roy, em *Politiques* (1568), Belleforest, em *Arraignment sur l'infélicité qui suit ordinairement le bonheur des grands* (1569) e *Histoire extraites de Bandel* (1571).

As referências do *Método* contrastam com as acusações de ateísmo e de incentivar a tirania presentes no Prefácio da *República*: “Maquiavel colocou como os dois fundamentos da República a impiedade e a injustiça, insultando a religião, como sendo contrária ao Estado” (Bodin 2, prefácio, p. 12). Qual teria sido a razão de tal mudança?

Não se pode menosprezar o fato de que no intervalo entre o *Método* e a *República* as guerras de religião se agravaram, principalmente após o massacre da Noite de São Bartolomeu. De um lado, os huguenotes denunciavam a influência que os conselhos de *O Príncipe*, seguidos pela rainha-mãe, Catarina de Médicis, tiveram nesse cruel morticínio. De outro, os católicos, organizados em torno da Santa Liga, condenavam as práticas imorais, propagadas pelo secretário florentino, contrárias à tradição do príncipe virtuoso, espelhado nos inúmeros tratados sobre as virtudes que os governantes deveriam ter. Por toda parte, o nome de Maquiavel passou a ser associado ao exercício do poder tirânico, sustentado na impiedade e na injustiça. O autor que não se posicionasse contra Maquiavel poderia ser acusado de ateu e partidário dos regimes tirânicos.

Talvez o melhor exemplo desse sentimento de repúdio, que se difundia cada vez mais na sociedade francesa, seja o texto de Innocent Gentillet, publicado em 1576. Dedicado ao Duque de Alençon, líder dos *politiques*, o objetivo do *Discours sur les moyens de bien gouverner et maintenir en bonne paix un Royaume ou autre Principauté, Divisez en trois parties; asavoir du Conseil, de la Religion et Police que doit tenir un Prince (Contre Nicolas Machiavel Florentin)* é demonstrar que a doutrina maquiavélica conduziu o reino francês à tirania: “Estou prestes a expor este *Discurso* contra Maquiavel, a fim de desvelar às pessoas inteligentes de nossa nação francesa a origem e os autores da tirania que é exercida em França há mais de quinze anos, por aqueles que abusaram tanto da menoridade como da ingenuidade dos nossos reis” (Gentillet 6, p. 19).

Ao longo de mais de seiscentas páginas, Gentillet refuta cinquenta máximas extraídas de *O Príncipe* e dos *Discursos*. Retiradas do contexto e frequentemente mal interpretadas, elas estão divididas em três seções: três máximas sobre o conselho, dez sobre a religião e trinta e sete sobre a polícia. Essas seções representam, para Gentillet, os três aspectos do direito, que são as três colunas sobre as quais o poder político deveria repousar e que as máximas de Maquiavel teriam desprezado: o conselho como a manifestação do direito civil e dos costumes; a religião, do direito divino; e a polícia, que se refere à prática cotidiana do governo, do direito natural.

Gentillet vê no conselho, formado por homens virtuosos e inteligentes, aquilo que garante as leis fundamentais da nação, que protege os costumes e a tradição dos franceses. Ao defender o papel dos Estados Gerais na formação desse conselho, comenta a afirmação de Philippe de Commynes de que não há príncipe sobre a terra que tenha o poder de tributar seus súditos, sem seu consentimento, a não ser por violência e tirania (Commynes 4, livro V, Cap. XIX). Para ele, essa afirmação não era incompatível com a máxima do direito romano, amplamente difundida entre os juris-



tas franceses, de que o príncipe soberano deveria ser absoluto, uma vez que tal prática seria apenas uma das faces do poder político: “É preciso entender que o príncipe soberano dispõe de dois poderes: um se chama poder absoluto, e o outro poder civil. O poder absoluto é aquele que não pode nem deve ter limites, estendendo-se sobre todas as coisas, com exceção das leis de Deus e da natureza, e daquelas leis que são o fundamento de seu principado e Estado” (Gentillet 6, p. 47).

O autor comenta a impossibilidade de o poder absoluto do príncipe, por mais amplo que seja, ultrapassar tais limites:

*“Pois o príncipe não tem poder acima de Deus, do mesmo modo que o vassalo não tem sobre o seu senhor, mas deve obedecer a seus comandos e suas ordens, que ele não pode abolir nem derogar. Não pode o príncipe também abolir as leis fundamentais de seu principado, sobre as quais está fundado seu Estado e sem as quais seu Estado não pode subsistir nem durar, pois isso implica abolir ou arruinar a si mesmo. Do mesmo modo, na França, o rei não pode abolir a lei Sálica, nem os três Estados, nem a lei que proíbe alienar os países e as províncias unidas à Coroa, pois o Reino e a Realeza estão fundados sobre esses três pontos, que representam as três colunas que sustentam o Reino e o Rei. Ainda não pode o príncipe abolir a lei natural, aprovada pelo senso comum de todos os homens. Mas em todas as outras coisas se estende o poder absoluto do príncipe, sem limitações, pois ele está acima das leis, as quais pode fazer e desfazer, e o poder sobre os corpos e bens de seus súditos, sem restrições” (id., p. 48).*

Já a outra face do poder, o exercício cotidiano da administração pública, é regulado necessariamente pelo direito civil: “O outro poder, que se chama civil, é aquele regulado e limitado pelos marcos da razão, do direito e da equidade, e do qual o príncipe faz uso ordinariamente em todos os seus comandos, a não ser que de maneira expressa ele declare que deseje e ordena isto ou aquilo pelo seu poder absoluto” (id., p. 60).

O exercício do poder político não implica, portanto, o desrespeito ao direito civil, tornando-se absoluto apenas excepcionalmente:

*“É esse poder que os bons príncipes têm praticado em todas as suas ações e em todos os seus comandos; e procedendo assim eles não estão fazendo nada que seja indigno para com a sua majestade, ao contrário, estima-se que não haja algo de mais conveniente à majestade de um príncipe do que viver e se comportar de acordo com o direito e a equidade, e que o domínio e o poder do príncipe que assim governa é maior, mais firme e venerável do que aquele que governa somente pelo seu poder absoluto” (id., p. 61).*

Segundo Gentillet, ao seguir as máximas de Maquiavel, o príncipe acaba abusando de seu poder excepcional, que deixa de ser absoluto e passa a ser arbitrário, desrespeitando não apenas o direito civil, mas também o divino, que impõe normas morais de conduta ao príncipe, transformando-se, assim, em tirano. Na terceira seção, seguindo a tradicional distinção de Bartolus, classifica os tiranos em duas categorias: os usurpadores e os príncipes legítimos que governam de maneira injusta e desleal. Seu interesse é atacar esta segunda categoria, representada pelo príncipe que, na prática cotidiana do governo, despreza as regras do direito, ou seja, acaba exercendo o poder absoluto injustamente.

Na verdade, o texto de Gentillet reproduz noções desenvolvidas em oposição às concepções absolutistas de alguns legistas reais cuja maior expressão foi a *Monarchie de France* (1515) de Claude de Seyssel. Segundo Seyssel, a grandeza da monarquia francesa reside na forma moderada de os reis exercerem o poder, em razão de três freios: a religião, encarnada no respeito ao poder espiritual, que impede o monarca de práticas tirânicas; a justiça, personificada nos Parlamentos, que está acima da vontade do rei; e a polícia, materializada nas regras constitucionais, como a inalienabilidade do domínio público, que garante a correta administração do reino (Seyssel 14, livro 1, Cap. 8-12, p. 113-120).

Como outros escritores huguenotes, Gentillet busca uma justificativa para o direito de resistência. Seu principal argumento é de que, quando um príncipe abandona a forma justa e leal de domínio, torna-se um tirano, podendo e devendo então ser destituído, para o bem da comunidade política: “Bartolus conclui que, pelo direito e pela razão, não se deve obedecer a tais tiranos nem se apresentar diante deles; pelo contrário: devem ser depostos de seu Estado” (Gentillet 6, p. 253).

Esse antimaquiavelismo era reforçado ainda por um sentimento antiitaliano. A expressão *italogallia*, cunhada pelos panfletos huguenotes, era freqüentemente utilizada para denunciar a perversa influência dos pérfidos italianos, cujos ensinamentos corrompiam a tradição e os costumes franceses<sup>(6)</sup>. Nesse clima de ‘italofobia’, o autor francês que não tivesse posição contrária ao maquiavelismo, já tomado como sinônimo de crueldade e deslealdade, aparecia como suspeito tanto aos olhos dos católicos como dos protestantes.

A mudança de tom entre os textos de Bodin pode ser assim justificada por uma certa pressão intelectual e social. É interessante observar que, no decorrer da *República*, o nome de Maquiavel praticamente desaparece, sendo citado apenas algumas vezes. A *História de Florença* continua servindo de recurso para a descrição das mudanças constitucionais daquela cidade, com alguns erros cronológicos que não foram cometidos no *Método* (Bodin 2, livro IV, Cap. 1, p. 37-39). As críticas às opiniões sobre o caráter dos espanhóis, italianos e franceses (*id.*, livro V, Cap. 1, p. 37), sobre a constituição mista (*id.*, livro II, Cap. 1, p. 9) e sobre a defesa do Estado popular (*id.*, livro VI, Cap. 4, p. 157) são retomadas. De original, apenas as denúncias de incoerência em confessar que o Estado popular de Veneza era o mais belo de todos, sendo este um claro exemplo de aristocracia; em defender, nos *Discursos*, o Estado popular como a melhor forma de constituição, enquanto, em *O Príncipe*, advertia que era preciso um príncipe para libertar a Itália; e uma rápida menção ao incentivo da tirania: “De

fato, ele se esforçou em formar o Estado mais tirânico do mundo” (*id.*, livro VI, Cap. 4, p. 148).

A desproporção entre as acusações do Prefácio e o silêncio quase completo ao longo do texto levou alguns comentadores a considerar os ataques iniciais meramente retóricos, capazes de satisfazer o sentimento antimaquiavélico da época, mas que são prontamente abandonados, quando são abordados alguns assuntos práticos. Para esses comentadores, as análises bodinianas sobre questões políticas concretas se aproximam das idéias de Maquiavel, uma vez que nas páginas de *Os Seis Livros da República* encontram-se os principais preceitos de *O Príncipe*: a guerra estrangeira como recurso para promover a paz interna (*id.*, livro V, p. 137; 142-158); a possibilidade de desrespeitar os tratados internacionais quando fosse do interesse do príncipe (*id.*, livro V, Cap. 6, p. 191-194); a execução das penas e castigos pelos magistrados e a distribuição de benefícios e recompensa pelo príncipe (*id.*, livro IV, capítulo 6, p. 168); o papel da força na política (*id.*, livro IV, Cap. 1, p. 16-18; 30-31) ; entre outros.

Mas parece um pouco de exagero afirmar que Bodin é um maquiavélico camuflado, que aplica as máximas de *O Príncipe*, quando se encontra diante de casos concretos. Não se pode esquecer que a exaltação da força e da astúcia na ação política, do recurso à violência e à fraude no jogo do poder, de medidas excepcionais em situações críticas, da ação flexível de acordo com as circunstâncias, eram preceitos que se encontravam espalhados nos livros dos historiadores e dos filósofos da antigüidade. A defesa da ação brutal, inescrupulosa e implacável, não foi invenção de Maquiavel, que apenas codificou práticas habituais da vida política. O registro que realizou de normas empíricas espelhava uma tradição clássica, da qual Bodin tinha um profundo conhecimento.

Embora ambos estejam preocupados com a salvação da pátria, as diferenças entre eles são maiores do que algumas esporádicas e circunstanciais aproximações. A diferença mais notável é que, enquanto Maquiavel aponta para a incompatibilidade dos dois

sistemas de valores, o individual e o social, e a conseqüente necessidade de optar por um deles, uma vez que o bem da comunidade política não é necessariamente o mesmo que o do indivíduo<sup>(7)</sup>, Bodin permanece preso a uma tradição monística de um mesmo fim para os indivíduos e a comunidade política, insistindo que o bem particular deve ser o mesmo que o bem público.

Além do mais, a intenção dos respectivos escritos os coloca em campos totalmente opostos. Político a serviço da diplomacia, Maquiavel se propõe a descrever a realidade das relações de poder, como elas são e não como deveriam ser<sup>(8)</sup>. Jurista e estudioso da política, Bodin também não deseja tratar de Repúblicas ideais: “Não desejamos pensar numa República em Idéia, sem efeito, tal como Platão e Thomas More imaginaram, mas nos contentaremos em seguir as regras políticas o mais próximo possível” (*id.*, livro I, Cap. 1, p. 31-34). Entretanto, concebe o poder político apenas dentro de um quadro jurídico, ancorado no direito, insistindo na necessidade de fazer da justiça o fundamento da vida social: “[...] e quanto à justiça, se Maquiavel tivesse pelo menos passado os olhos pelos bons autores, saberia que Platão intitulou seus livros sobre a República de livros sobre a Justiça, por ser ela um dos mais firmes pilares das Repúblicas” (*id.*, prefácio, p. 12).

**Abstract:** The shadow of Machiavelli appears in Bodin's work. In *Méthode pour la connaissance facile de l'histoire* (1566), Machiavelli is praised as an historian and as the first to rescue the study of politics from darkness. In *Les Six Livres de la République* (1576), Bodin accuses Machiavelli of atheism, of incitement to tyrannical practices and of writing on politics, despite the lack of knowledge on laws and public right. This paper aims at discussing Bodin's reading of Machiavelli's thought, and the reasons why there was such a change between the two works above mentioned.

**Key words:** Bodin – Machiavelli – power – right – tyranny

## Notas

- (1) Segundo Mastellone, a expressão “ciência política” foi adotada na França, na segunda metade do ‘quinientos’, em oposição à arte política ensinada por Maquiavel. Ao denunciar a ignorância de Maquiavel no que se refere à ciência política, uma vez que seus ensinamentos apenas incentivavam a tirania, os publicistas franceses teriam enfatizado a necessidade de proceder, como em outras ciências, dos efeitos para as causas, do particular para o geral. Cf. Mastellone 8, p. 50-53.
- (2) Segundo Cotroeno, entre os problemas abordados no *Método*, destaca-se a indicação dos critérios que permitem um julgamento de valor sobre as obras historiográficas e a tentativa de elaboração de uma história da historiografia. Cf. Cotroeno 5, p. 87-103.
- (3) Bodin utiliza a palavra “Estado” também em outros sentidos: de condição social; de corpo representativo de uma ordem; no plural, de assembléia dessas ordens; de dignidade de um cargo público etc., todos indicando sempre situações de fato, enquanto a palavra “República” parece ser reservada para aquela realidade que se configura no plano jurídico. Cf. Isnardi 7, p. 374-376.
- (4) Segundo Michel, a obra de Tácito seria a principal fonte utilizada por Bodin nessa defesa intransigente da existência de apenas três espécies de República. Cf. Michel 12, p. 419-436.
- (5) Segundo Cardascia, essas referências mostram que Bodin conheceu o pensamento de Maquiavel melhor do que qualquer outro pensador francês do século XVI, ainda mais se considerarmos que em nenhum momento ele se propôs a comentá-lo; e que as contradições apontadas por Bodin assinalam sua percepção da multiplicidade do pensamento maquiavélico. Cf. Cardascia 3, p. 129-167.
- (6) A expressão *italogallia* apareceu, pela primeira vez, num panfleto intitulado *Monitoriale adversus Italogalliam sive Antifrancogalliam Antonii Matharelli*, publicado em 1575, de provável autoria de François Hotman, cujo objetivo era replicar as críticas que Antoine Matharel, procurador geral de Catarina de Médicis, fez ao *Francogallia* (1573). Esse espírito antiitaliano pode ser constatado na propaganda huguenote deste período, como no *Réveille-matin des François et de leurs voisins, composé par Eusebe Philadelphie Cosmopolite, en forme de Dialogues* (1574) e no *Discours merveilleux de la vie, actions et deportements de Catherine de Medicis Roine mere* (1576). Cf. Stewart 15, p. 93-101.

- (7) Maquiavel parece escolher o bem da comunidade política, que se apresenta como um valor supremo. Não há meios *a priori* bons ou maus. Eles só podem ser julgados por sua eficiência prática, ou seja, se alcançaram seu objetivo, que é conquistar e conservar o poder, promovendo o bem da comunidade: "Quando é necessário deliberar sobre uma decisão da qual depende a salvação do Estado, não se deve deixar de agir com considerações de justiça ou injustiça, humanidade ou crueldade, glória ou ignomínia. Deve-se seguir o caminho que leva à salvação do Estado e à manutenção da sua liberdade, rejeitando-se tudo o mais" (Maquiavel 10, L.III, Cap. XLI).
- (8) "Como é meu intento escrever coisa útil para os que se interessarem, pareceu-me mais conveniente procurar a verdade pelo efeito das coisas, do que pelo que delas se possa imaginar. E muita gente imaginou repúblicas e principados que nunca se viram nem jamais foram reconhecidos como verdadeiros. Vai tanta diferença entre como se vive e o modo por que se deveria viver, que quem se preocupar com o que se deveria fazer em vez do que se faz aprende antes a ruína própria, do que o modo de se preservar" (Maquiavel 9, Cap. XV).

## Referências Bibliográficas

1. BODIN, J. *Méthode pour la connaissance facile de l'histoire*. In: *Oeuvres Philosophiques de Jean Bodin* (trad. Pierre Mesnard). Paris: PUF, 1951.
2. \_\_\_\_\_. *Les Six Livres de la République*. Paris: Fayard, 1986.
3. CARDASCIA, G. *Machiavel et Jean Bodin*. In: *Bibliothèque d'Humanisme et Renaissance*, T. III, p. 129-167, 1943.
4. COMMYNES, Ph. *Mémoires sur Louis XI (1464-1483)*. Paris: Gallimard, 1979.

5. COTROENO, G. *Le quatrième chapitre de la 'Methodus': nouvelles analyses et perspectives historiographiques*. In: Actes du colloque international Jean Bodin. Munich: Verlag, p. 87-103, 1973.
6. GENTILLET, I. *Discours sur les moyens de bien gouverner et maintenir en bonne paix un Royaume ou autre Principauté. Contre Nicolas Machiavel Florentin*. Genève: Droz, 1968.
7. ISNARDI, M. *Appunti per la storia di État, République, Stato*. In: Rivista storica italiana, p. 372-379, 1962
8. MASTELLONE, S. *Bodin e la science politique*. In: Revista di storia delle idee politiche e sociali, n. 1, p. 50-60, 1981.
9. MAQUIAVEL, N. *Il Principe*. Novara: De Agostini, 1968.
10. \_\_\_\_\_. *Discorsi sopra la prima deca di Tito Livio*. Novara: De Agostini, 1986.
11. \_\_\_\_\_. *Relação sobre a França*. São Paulo: Abril, 1985.
12. MICHEL, A. *A propos de la République: de Ciceron à Jean Bodin*. In: Revue des études latines, T. XLV, p. 419-436, 1967.
13. POLÍBIO. *Histoires*. Paris: Gallimard, 1970.
14. SEYSSSEL, C. *La Monarchie de France*. Paris: Gallimard, 1965.
15. STEWART, P. *Italogallia: Machiavelli, the italians and the question of royal authority in late Sixteenth-Century France*. In: Aequitas, Aequalitas, Auctoritas. Paris: Vrin, p. 93-108, 1992.